Exmo. Senhor,

Presidente do Turismo de Portugal,

Eu, _____, venho, por este meio, ao abrigo do *art.º 7.º* e seguintes do *Decreto-Lei n.º 17/2018*, de *8 de março*, solicitar que seja **acionado** o **Fundo de Garantia de Viagens e Turismo** (FGVT).

No dia ____ de _____ de 20___ (ou entre a data _____ e a data _____), efetuei o pagamento à agência de viagens _____, no montante de € _____, destinado ao pagamento da **viagem** _____ com destino a _____ e que deveria ter decorrido entre _____ e _____ de _____ de 2020. Ora, como é sabido, devido à pandemia covid-19, algumas viagens organizadas foram proibidas durante algum tempo e o **Governo criou um regime especial** para resolver os casos de cancelamento das respetivas viagens, através do *Decreto-Lei n.º 17/2020*, de *23 de abril*.

Ao abrigo das regras constantes deste diploma, **aceitei um *voucher*** emitido pela **agência** _____, no valor de € _____ e com **validade até 31 de dezembro de 2021**. Como não utilizei o referido *voucher* até esta data, contactei a agência _____, **solicitando o reembolso** do montante que despendi. A agência de viagens respondeu-me, dizendo que não conseguia proceder ao reembolso e que tinha iniciado um processo de insolvência.

Perante esta resposta, **solicitei a intervenção da Comissão Arbitral** prevista no *art.º 40.º* do *Decreto-Lei n.º 17/2018*, de *8 de março*, conforme comprovativo que envio em *anexo*.

Em conclusão, venho solicitar que, através do acionamento do fundo de garantia, me seja reembolsada a quantia de € _____.

Junto prova do pedido de reembolso que efetuei à agência _____, resposta da agência, e comprovativo do pedido de intervenção da Comissão Arbitral.